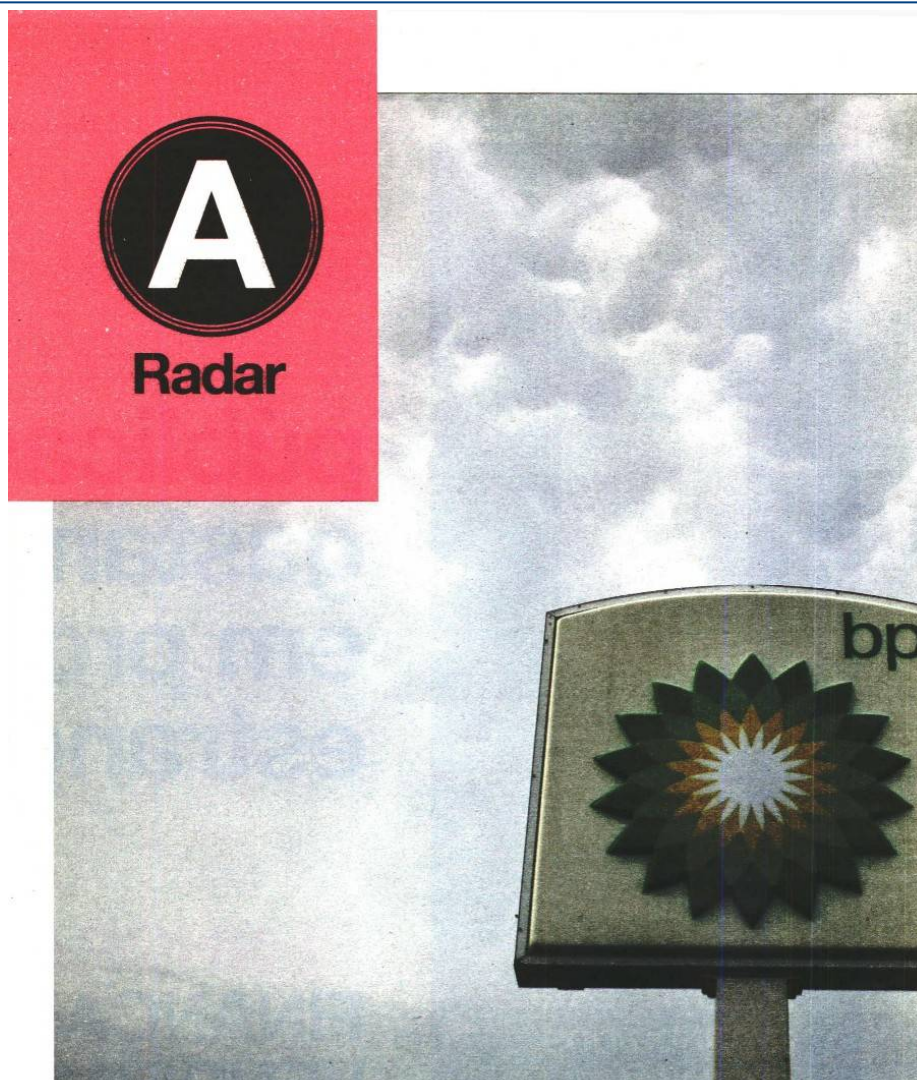


Comprar nacional é bom? Empresas públicas gastam milhões em produtos estrangeiros

// PÁGS. 2-3



Empresas públicas compram milhões no estrangeiro

Faz o que eu digo, não faças o que eu faço.
O Estado gasta dinheiro a promover os produtos
nacionais e vai fazer compras lá fora

ISABEL TAVARES
isabel.tavares@ionline.pt

O Estado gasta todos os anos milhares de euros em campanhas de sensibilização para levar os portugueses a comprar produtos e serviços nacionais, mas muitas empresas e organismos públicos têm fornecedores estrangeiros.

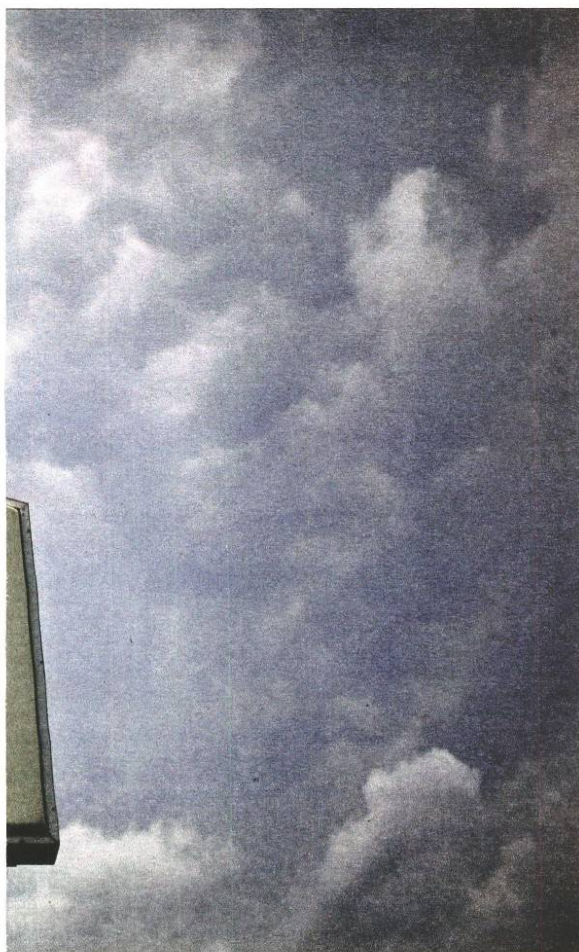
O ex-ministro da Indústria e Energia Mira Amaral foi das primeiras personalidades públicas a levantar esta questão, numa altura em que as golden shares

(acções preferenciais do Estado) estavam na moda. Mira Amaral criticava a incoerência entre o proteccionismo, de um lado, e as compras que algumas empresas faziam a sociedades estrangeiras, por outro.

Hoje a CP compra electricidade à espanhola Endesa, a EMA – Empresa de Meios Aéreos, compra combustíveis à BP – British Petroleum, o Instituto Português do Sangue importa cerca de 70 milhões de euros em plasma, depois de destruir o que recolhe

em Portugal, a Atlânticoline, que explora o transporte marítimo e os portos nos Açores, lançou um concurso para aquisição de ferries que exclui a participação dos estaleiros navais nacionais.

Todos os contratos mencionados envolvem somas muito avultadas – no caso da Atlânticoline são 18,7 milhões de euros – e representam apenas uma pequenissima percentagem das compras do Estado. Estas envolvem, além das empresas de capitais públicos, ministérios, ins-



Actualmente são
275 as empresas
habilitadas a forne-
cer o Estado

MOLLY RILEY/REUTERS

“Usar dinheiro público para promover produtos nacionais é duvidoso”

Ao mesmo tempo que se acabam as fronteiras, criam-se mecanismos proteccionistas nem sempre considerados legais

OS DEZ PRINCIPAIS FORNECEDORES EM 2010

O Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), além da ANCP e das Unidades Ministeriais de Compras (UMC), integra entidades compradoras vinculadas e entidades compradoras voluntárias. Ou seja, a lista abaixo não reflecte as compras, por exemplo, daquilo que é considerado o sector empresarial do Estado.

- Petróleos de Portugal - Petrolgal, SA
- Normática - Serv. Informação e Organização, Lda.
- Eures (Portugal) - Sociedade Europeia de Restaurantes, Lda.
- Albano Retério Neves Alves
- SIVA - Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, S.A.
- Repsol Portuguesa, S.A.
- Prológica - Sistemas Informáticos, S.A.
- Computada - Produtos para Informática, Lda.
- Mitsubishi Motor de Portugal, S.A.
- Digimarket - Sistemas de Informação, S.A.

titutos, hospitais, universidades e um sem-número de outros organismos.

Quando confrontados com as opções de compra, os responsáveis das empresas em causa dão quase sempre as mesmas justificações: o preço praticado, a falta de alternativa ou ainda o facto de a empresa fornecedora estar em Portugal.

Um responsável da EMA disse ao jornal *i*, para justificar a compra de combustível à BP, que “esta adjudicação foi antecedida de contactos prévios com outras empresas fornecedoras de combustível aeronáutico (Galp e Total), que declinaram o convite, por não terem depósitos de fornecimento instalados nos heliportos e nas pistas que constituem a rede que suporta a operação de meios aéreos de combate aos fogos florestais”.

Acrescentou ainda que “a EMA não tem qualquer contrato com fornecedores estrangeiros” porque a BP “é uma empresa portuguesa com a designação BP Portugal”. Também um responsável da CP fez questão de recordar que parte da energia que compra à eléctrica espanhola é comprada através da Endesa Energia, S.A (Suc. Portugal).

É por isso que a AEP - Associação Empresarial de Portugal, responsável pelo projecto Compr

o Que É Nosso, tem uma “medida” para aquilo que deve ser considerado português. De acordo com os seus critérios, é produto nacional desde que mais de 50% do valor acrescentado seja gerado em Portugal, uma vez que só assim contribui para o crescimento da economia (do produto interno bruto).

Ou seja, nem a electricidade nem os combustíveis se enquadram neste leque de produtos. Da mesma maneira, várias marcas nacionais, como a Lanidor, ficam excluídas à partida, uma vez que em Portugal a cadeia de retalho de produtos têxteis, calçado e acessórios de moda faz pouco mais do que vender aquilo que compra e produz em países como a China ou Indonésia.

Contactada pelo jornal *i*, a Agência Nacional do Compras Públicas adiantou que o ano passado foram lançados concursos públicos num valor aproximado de 360 milhões de euros, apenas para as categorias viagens e alojamentos, veículos eléctricos e electricidade. Contudo, não sabe quais os contratos que resultaram em importações, nem em género nem em número.

As empresas de capitais públicos são obrigadas a divulgar a lista dos fornecedores que representam mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços.

●●● A lei prevê o lançamento de concursos públicos internacionais para compras a partir dos 200 mil euros, um valor que já pode ser considerado atractivo para a maioria dos interessados.

Em matéria de compras públicas deve prevalecer o princípio da neutralidade, o que significa que não se pode beneficiar um fornecedor em função da sua nacionalidade, como explica ao jornal *i* o advogado Paulo Pinheiro, sócio responsável pela área de Público da sociedade Vieira de Almeida.

Um dos objectivos da legislação europeia da contratação pública é eliminar o factor preferencial e evitar que cada país manipule as regras em seu benefício.

E são três os princípios básicos que não devem ser beliscados: o da não discriminação, o da transparência de procedimentos e o da objectividade. “O Estado não pode, quando compra o que quer que seja, dar preferência nacional”, explica Paulo Pinheiro.

O governo lançou no final do ano passado o programa “Portugal eu sou” que, embora ainda não tenha acções práticas, já tem uma orientação definida e foi publicado em “Diário da República”.

De acordo com a resolução do Conselho de Ministros, “a iniciativa visa a valorização da oferta nacional” e tem “o objectivo de mobilizar o país para o desígnio do crescimento económico, evidenciando a importância social e económica do consumo e da produção de produtos e de serviços com relevante contributo da economia nacional, como meio de fomento da competitividade das empresas e do emprego” e “estimular a mudança de atitude dos consumidores e das

empresas, no sentido de reconhecerem a qualidade intrínseca dos produtos e serviços nacionais”. E é aqui que o princípio da neutralidade pode estar a ser beliscado, mais ainda quando se usam dinheiros públicos para o efeito.

“Usar dinheiro público para promover produtos nacionais é duvidoso e roça a ilegalidade”, afirma Paulo Pinheiro.

Mas há mais dinheiro público em jogo. A campanha “Compro o que é nosso”, lançada pela AEP - Associação Empresarial de Portugal, custou até agora 6 milhões de euros, dos quais cerca de 2 milhões de euros correspondem a verbas do QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional. Este ano, caso a candidatura seja aprovada, serão gastos mais 3 milhões de euros.

O objectivo da campanha é sensibilizar a opinião pública para a importância socio-económica de comprar produtos portugueses. As acções são dirigidas ao consumidor particular mas também a empresas e existem até iniciativas voltadas para organismos do Estado e Assembleia da República.

Até agora, aderiram a este programa 850 empresas, que representam 2500 marcas e um volume de negócios global de 14,5 mil milhões de euros.

Só no ano passado juntaram-se a esta iniciativa 350 novas empresas.



Paulo Pinheiro, advogado